



PRIMEIRA LINHA CONSTRUÇÃO

MANUEL REIS CAMPOS PRESIDENTE DA CPCI

“Grandes obras? Em 2019 não haverá nada”

O presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) diz que os grandes projetos só começarão em 2020 ou 2021. Sobre o PNI 2030, pede consenso político e um calendário para as empresas se redimensionarem.

MARIA JOÃO BABO

mbabo@negocios.pt

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

O presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário garante que o aumento do investimento público ainda não aconteceu.

O ano de 2018 para o setor da construção e imobiliário correu como previsto?

O problema principal é o investimento público. As outras áreas estão mais asseguradas. Tivemos um crescimento da produção da construção da ordem dos 3,5% em 2018: 7% nos edifícios residenciais, 2,8% nos não residenciais e 2% na engenharia civil (obras públicas). Em termos de variação real do investimento, de 2010 a 2018, a Europa regista sempre crescimento e em Portugal é negativo.

Nas obras públicas ficou aquém do previsto?

Em termos de obras públicas sim, no resto não. Mas foi um ano de consolidação da atividade das empresas de construção e imobiliário.

Impulsionado pelo segmento residencial?

O investimento privado tem compensado as insuficiências de um Estado que não investe como deveria. Nas obras públicas tinha sido previsto que 2018 seria um ano de relançamento, mas o que se verifica é que decresceu 11% em termos de concursos promovidos e 7% nos contratos celebrados. O aumento do investimento público não aconteceu.

O que prevê para 2019?

Pensamos que na produção vamos crescer 4%: 7,5% no residencial, 2,4% no não residencial e na engenharia civil [obras públicas] 3%. É um crescimento generalizado nos três grandes segmentos, ainda desequilibrado, mas pelo menos em 2019 cresce.

Este é ano de eleições e vários concursos públicos para grandes obras estão a ser lançados. A previsão de crescimento de 3% não é conservadora?

Não, porque em 2019 não vai haver nada. Todos esses projetos só comecem em 2020 ou 2021, mesmo decidindo agora. Em 2019, quando muito, poderão fazer-se obras do PETI (Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas). O facto de ser ano de eleições, para efeitos do imobiliário, que é investimento privado, não trará grandes oscilações se não houver instabilidade legislativa e fiscal. Já o investimento público em 2019 tem de ser garantido. Tenho uma desconfiança muito grande por causa do que estava previsto no PETI

do Governo anterior, que este Governo aceitou e depois não fez. Eram 6 mil milhões de euros de investimento para 2014-2020 em 53 obras. Fizemos cerca de 500 milhões.

Está céptico com a concretização do Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030, que prevê projetos de quase 22 mil milhões de euros?

OPNI pode ser uma das últimas oportunidades que Portugal tem e será uma oportunidade perdida se os partidos não assumirem o seu papel e o setor empresarial não estiver unido, determinado e forte. Há três partidos (CDS, PSD e PS) que já deram o seu acordo a grandes obras e há um quarto partido que é sempre a favor, que é o PCP. Tem de haver consenso político e o programa tem de ser calendarizado e concretizado. As empresas têm de se preparar para este desafio mas têm de ter certezas. Se assim for, vão ter de se dimensionar.

Acredita em consensos políticos?

O objetivo é que o consenso sobre estas obras não seja partidário,

mas nacional. Os partidos têm de criar um consenso que sobreviva aos ciclos políticos e eleitorais. Não sei até 2030 quantos governos vamos ter, mas não será só um. E o PNI tem fundos europeus... Só faltava que as empresas portuguesas tivessem vivido o período negro que viveram e agora viessem as espanholas...

Preocupa-o a concorrência espanhola?

2019 é o ano em que não se pode perder oportunidades, senão ficamos mais distantes da Europa. 2019 é crucial porque em 2020 ou 2021 já não podemos andar a discutir isso. Tem de ser o ano em que se concretizam duas coisas: a aprovação do plano e o seu calendário. Aí não tenho dúvidas de que empresas portuguesas responderão. Mas de 2001 a 2016 o valor bruto da produção do setor registou uma diminuição de 60,3% e só entre 2009 e 2018 diminuiu 44%. Foram 16 anos a decrescer, 37 mil empresas faliram e perderam-se 262 mil trabalhadores de 2009 a 2015. Por isso, têm neste momento de se redimensionar para estarem preparadas porque não faz sentido que tenham sido sacrificadas durante anos e agora não tenham o verdadeiro papel que lhes compete.

Como é que as construtoras portuguesas se estão a preparar?

As empresas compete dimensionarem-se, fazer a adequação de meios, equipamento e tecnologia. Têm de investir na capacidade e têm de ter vontade de crescer. É sempre mais fácil dimensionar para mais do que para menos. É mais fácil engordar do que emagrecer. Depois o Governo tem de criar condições necessárias ao nível dos recursos humanos, que nós não conseguimos resolver sozinhos. Precisamos de gente, precisamos dos centros de formação,

precisamos que haja mão de obra disponível e que o setor seja regulado.

Para enfrentar essa concorrência basta isso?

As empresas precisam de ter a certeza de que este é um plano sério e que é para ser feito para se dimensionarem. Mas o Estado tem de criar condições ao nível da legislação dos alvarás, do código dos contratos públicos, do código laboral em termos de mão de obra. Neste momento precisamos de 60 a 70 mil trabalhadores. No ano passado foram criados 25 a 30 mil empregos mas temos mais de 20 mil nos centros de emprego que não sei porque estão lá. E os centros de formação profissional neste momento não estão a formar pessoas para o setor da construção, foram desvirtuados e quem os está a usar é o Ministério da Educação. E há gente em Angola, Moçambique e Brasil... Se não o que acontece é aumento da clandestinidade, preços desajustados, concorrência desleal. ■

“O investimento privado tem compensado as insuficiências de um Estado que não investe como deveria.”

“As empresas portuguesas têm de se dimensionar para o PNI 2030. Só faltava que tivessem vivido o período negro e agora viessem as espanholas...”



Miguel Baltazar

TOME NOTA

Temas que o setor tem na ordem do dia

O presidente da CPCI garante que o Brexit não será um problema para o setor da construção. Já o pagamento das dívidas de Angola às empresas nacionais continua por resolver.

VOZ ÚNICA ASSOCIATIVA EM MARÇO/ABRIL

Depois de em setembro as duas associações nacionais do setor da construção, AICCOPN e AECOPS, terem anunciado a integração numa única estrutura, essa coligação ficará concretizada em dois ou três meses. Manuel Reis Campos, que lidera a associação nortenha, explica que as duas entidades já estão a trabalhar muito mais próximas e que a conclusão deste processo acontecerá com as assembleias-gerais que terão lugar entre março e abril.

DÍVIDAS DE ANGOLA AINDA POR RESOLVER

O problema das construtoras portuguesas com as dívidas de Angola está ainda por resolver e desde a visita de João Lourenço a Portugal não houve evoluções. A certificação dessas dívidas tem-se confrontado com as diferenças de entendimento de contabilização, ou seja, se devem ou não ser incluídos montantes relativos a juros, câmbios ou trabalhos a mais. Daí que muitas empresas não tenham ainda visto reconhecida a sua dívida. O presidente da CPCI não tem dúvidas de que em causa estão "centenas de milhões de euros", mas que as empresas "querem continuar naquele mercado".

"VISTOS GOLD" PARA O REINO UNIDO?

O Brexit não será um problema para o setor da construção, assumindo Manuel Reis Campos estar "mais preocupado em termos globais com o país do que com o setor". Para o responsável, o problema que se coloca está relacionado com o segmento do imobiliário, mas esse poderá ser corrigido no âmbito do programa de "vistos gold" e do regime para residentes não habituais.

PNI 2030 discutido no Parlamento

O Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030, que define os projetos prioritários a serem executados entre 2021 e 2030 no montante de 21,9 mil milhões de euros, é esta quinta-feira debatido no Parlamento, por via de projeto de resolução apresentado pelo PS que propõe que a sua análise e aprovação se faça por áreas temáticas. O PNI 2030 tem previstos investimentos nas áreas dos transportes e mobilidade (12.655 milhões de euros), ambiente (3.570 milhões), energia (4.930 milhões) e regadio (750 milhões de euros). O Governo pretende que o plano obtenha o mais amplo consenso dos partidos na Assembleia da República.

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS COM MENOS CONTRATOS

Valores em milhões de euros

No ano passado o valor dos contratos de obras públicas representaram quase menos mil milhões de euros do que os celebrados em 2011, tendo também recuado 7% face a 2017. O peso do investimento público no PIB era também muito maior no início da década.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018(P)	2019(OE)
Investimento público (FBCF)	9.614	6.118	4.158	3.701	3.446	4.045	2.887	3.564	4.144	4.853
Varição anual		-36,4%	-32%	-11%	-6,9%	17,4%	-28,6%	23,4%	16,3%	17,1%
Investimento público (%/PIB)	5,3%	3,5%	2,5%	2,2%	2%	2,2%	1,5%	1,8%	2,1%	2,3%
Concursos promovidos	3.879	2.729	1.656	1.679	1.586	1.237	1.756	2.952	2.633	-
Contratos celebrados		2.804	1.553	1.467	1.616	1.199	1.346	2.015	1.879	-

1.879

OBRAS PÚBLICAS

Os contratos somaram 1.879 milhões de euros em 2018, menos 7%.

4%

PRODUÇÃO

A produção na construção deverá crescer 4% em 2019.

25

EMPREGOS

Em 2018, o setor criou 25 a 30 mil empregos, estima a CPCI.

PRIMEIRA LINHA **CONSTRUÇÃO**

“Concursos desertos põem-nos atentos a ajustes diretos”

Reis Campos considera “irrealistas” os preços base em concursos lançados por entidades públicas, que acabam desertos. E quer definição de preços de referência para pôr fim à discricionariedade.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) está a acompanhar atentamente os concursos que têm sido lançados por entidades públicas e que acabam por ficar desertos. “Estamos atentos aos ajustes diretos”, avisa Manuel Reis Campos, que lidera aquela entidade, em entrevista ao Negócios, salientando que “neste momento não há motivo para alarme”, mas que prefere “prevenir desde já”.

Na origem desses concursos desertos estão “preços base irrealistas”, explica o responsável, que não tem dúvidas de que estão “suborçamentados”, além de serem “definidos com total discricionariedade pelo dono de obra”.

“A realidade hoje tem-nos demonstrado que são muitas as empresas que, em determinados concursos públicos, optam por não apresentar preço ou apresentam um preço acima do valor base”, afirma Reis Campos, acrescentando que essa situação resulta “não só no desperdício de recursos públicos mas sobretudo no atraso no início e na conclusão de projetos que são essenciais para o bem-estar das populações”. Em seu entender, “há um prejuízo grande para toda a gente, dono de obra, empreiteiro, população”, além de que “o país perde fundos”, acrescenta.

O receio do presidente da CPCI é que, em vez de ser lançado um novo concurso, a um valor base maior, “se caia na asneira de entrarmos num caminho que não tem

sentido: o ajuste direto”. Um modelo de contratação que, frisa, “é para uma calamidade, uma urgência ou até um valor pequeno. Não para uma obra grande”. “Estamos atentos”, reforça Reis Campos.

Contra o teto máximo e pelos preços de referência

O preço base dos concursos é o limite máximo da adjudicação, sendo, assim, um fator imediato de exclusão. O que merece a discordância do presidente da CPCI.

“A semelhança do que aconteceu até à entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), o preço base deveria ser uma estimativa do dono de obra, pelo que os concorrentes, na sua proposta, deveriam poder ultrapassar esse valor”, defende. No entanto, hoje, “como os preços são muito baixos e as empresas perdem dinheiro não vão”, explica o presidente da CPCI, salientando que “deveria ser o mercado a fixar o preço da empreitada e não o dono da obra a determiná-lo administrativamente com base em critérios discricionários”.

O responsável adianta ter já desafiado o Governo a determinar preços unitários de referência como existem noutros países europeus. Ou seja, “deveriam existir cri-



Estamos atentos aos ajustes diretos porque há um problema atual que são os concursos desertos.

MANUEL REIS CAMPOS
Presidente da CPCI



Manuel Reis Campos diz que a alteração do CCP, em vigor há um ano, mostrou que as soluções não servem ao interesse público.

térios objetivos que, como acontece em Espanha ou França, definam preços unitários de referência a utilizar pelos donos de obra”. Um trabalho de que se poderiam encarregar universidades ou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). “Sabemos quanto custa uma porta, um chão, etc. O preço base é o somatório de tudo”, explica, salientando que esse valor “não devia ser mudado conforme aparecesse ou não concorrência”.

A lista dos concursos que nos últimos

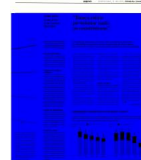
tempos ficaram desertos inclui intervenções em escolas, unidades de saúde, entre outros edifícios municipais, em diferentes zonas do país.

Sem concorrentes ficou, por exemplo, o concurso público internacional para o plano de drenagem de Lisboa, no valor de 106 milhões de euros, no âmbito do qual a câmara da capital recebeu 17 propostas mas todas acima do valor base, tendo por isso sido excluídas e o concurso anulado. A autarquia lançará agora um novo procedimento com um

preço base mais elevado.

A estaca zero voltou também a reabilitação do Conservatório Nacional. O primeiro concurso lançado em junho do ano passado, com um orçamento de 9,2 milhões de euros, não teve interessados. O novo procedimento aumentará esse valor para 10,58 milhões de euros.

Para a CPCI, a alteração do Código dos Contratos Públicos, que entrou em vigor a 1 de janeiro do ano passado, não resolveu esta situação. Manuel Reis Campos salienta que



TOME NOTA

Concursos que ficaram desertos

Miguel Baltazar

A CPCI tem acompanhado os concursos públicos que ficam desertos ou que são anulados pelos preços estarem acima do valor base.

ESTÁDIO DE LEIRIA

O concurso para a reparação das instalações técnicas do Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa foi lançado em 2018 e voltará a sê-lo em fevereiro ou março. O custo é de cerca de 300 mil euros.

ESCOLAS DE LISBOA E PORTO

O concurso para a reabilitação do Liceu Camões, inicialmente lançado em meados de 2018 com um preço base de 12,46 milhões de euros, ficou deserto. Este mês de janeiro foi lançado novo concurso, agora por 15,2 milhões de euros. No Porto, o concurso para reabilitar a Escola Secundária Alexandre Herculano não teve concorrentes. Segundo o município, o júri concluiu que apesar de ter havido 14 interessados nenhum apresentou uma proposta válida. Quase todos declararam que o preço base de 7 milhões de euros era insuficiente.

PLANO DE DRENAGEM

O plano de drenagem de Lisboa foi o concurso de maior dimensão, dos identificados pela CPCI, a ficar sem efeito. Em causa estava a construção de dois túneis orçados em 106 milhões de euros. Houve 17 propostas mas todas acima do valor base.

DE NORTE A SUL

De acordo com dados da CPCI, ficaram também desertos concursos para a modernização da Escola Secundária de Amarante, da Escola Artística António Arroio, da Escola Secundária de Barroselas, em Viana, e da Escola Primária do Vale de Santarém. O mesmo aconteceu no caso da sede do Teatro da Rainha, nas Caldas da Rainha, da unidade de saúde familiar de Viçeu, e da requalificação da Várzea Grande, em Tomar, entre outros exemplos.

“Banca está a pressionar mais as construtoras”

O crédito às empresas de construção e imobiliário diminuiu 11 mil milhões em quatro anos e o malparado do setor recuou para cerca de metade. A pressão está a aumentar, diz Reis Campos.

Os créditos da banca ao setor da construção e imobiliário, que em 2014 ultrapassavam os 29 mil milhões de euros, têm vindo a descer todos os anos, tendo chegado a cerca de 18 mil milhões em novembro do ano passado. Também o crédito malparado destas atividades, que há quatro anos rondava os 7 mil milhões de euros, está agora perto de metade desse valor (nos 3,7 mil milhões) revelam dados da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).

Para Manuel Reis Campos, estes números realçam que não só a banca não aumentou a sua exposição ao setor, como as empresas estão a pagar os seus empréstimos.

Em termos homólogos, os dados relativos a novembro do ano passado refletem uma diminuição de 5,6% no “stock” de crédito

e de 32,1% no malparado.

Salientando que desde 2009 até agora o crédito à construção diminuiu em 25 mil milhões de euros, o responsável admite que atualmente a banca “está a pressionar mais as empresas do setor”, mas escusou-se a apontar situações concretas.

No imobiliário, no entanto, refere que as instituições financeiras estão neste momento a olhar com outros olhos.

Falência da MSF, acordo com Teixeira Duarte

A MSF Engenharia e a Teixeira Duarte são dois casos públicos e recentes da pressão que a banca está a fazer sobre o setor.

Apesar de a atividade na construção estar a crescer, as falências não terminaram. Em dezembro do ano passado, a MSF apresentou-se à insolvência, en-

tre outras razões, como a dívida de Angola, pela indisponibilidade dos financiadores para flexibilizar condições, assim como para aumentarem a sua exposição financeira e até para lhe conceder garantias bancárias para que continuasse a desenvolver atividade. A construtora, com quase meio século de história, colapsa com um total de 156,7 milhões de euros de créditos por receber.

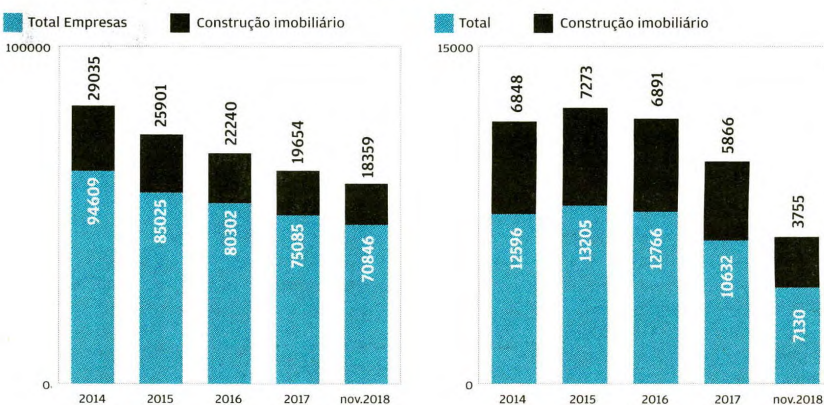
Já a Teixeira Duarte chegou no ano passado a um acordo com BCP, CGD e Novo Banco para reestruturar a sua dívida e reduzi-la, o que a obrigou a um programa de alienação de ativos no valor de 500 milhões de euros. Entre outros, vendeu o Lagoas Park e a participação de 7,5% na Lusoponte, assim como os 90% da gestora do Hospital de Cascais. ■

MARIA JOÃO BABO

CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO PESAM MENOS À BANCA

Valores em milhões de euros

O crédito bancário à construção e imobiliário chegou a pesar mais de 30% do crédito total às empresas, mas tem vindo a diminuir, estando atualmente abaixo dos 26%. Já o malparado destas atividades, que chegou, em 2016, a representar quase um terço do total, é agora da ordem dos 20%.



Fonte: CPCI, com base em dados do Banco de Portugal

algumas soluções defendidas pela confederação foram consagradas, mas “outras questões ficaram pelo caminho, como é o caso dos preços anormalmente baixos, liberação das cauções, preços base e regime dos impedimentos”. Para o responsável, com o código que está em vigor há um ano, “a experiência permite concluir que as soluções consagradas não servem quer o interesse público quer o interesse das empresas”. ■

“Ainda faltam 24 mil milhões de euros de reabilitação para fazer”

O presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário adianta que em 2018 mais de 20 mil casas novas terão sido construídas, mas há já mais 55 mil licenciadas. Reis Campos diz que ainda há muito a fazer na reabilitação e avisa que é preciso investir na habitação social.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

O presidente da CPCI defende que deve haver nova investida nos “vistos gold”, agora que chegou ao fim o processo judicial.

O segmento do imobiliário continua a ser o que mais cresce. A tendência vai continuar?

Em 2017 tivemos 24 mil milhões de investimento no imobiliário e o que prevemos para 2018 – ainda não temos dados do último trimestre – é que teremos, no mínimo, um crescimento de 15% a 20%, para uns 29 ou 30 mil milhões de euros. Nunca vendemos tanto como no terceiro trimestre de 2018 – 6.275 milhões. Em 2017 fizeram-se 153 mil transações, e este ano, até setembro, já temos 130 mil. Não estamos a falar de construção nova, mas da existente. Em termos de transações a estrangeiros vamos ter mais de 5 mil milhões de euros.

Com os “vistos gold”?

Os “vistos gold” foram desacreditados, mas são um bom programa, e mesmo assim, em 2018, conseguimos vender 762 milhões de euros. É dinheiro. Quantas atividades conseguem gerar isso? Hoje se somarmos 10,4 mil milhões de euros de internacionalização do setor a esses 5 mil milhões já temos 15 mil milhões de negócios com o estrangeiro.

Houve queda no valor conseguido pelos “vistos gold”?

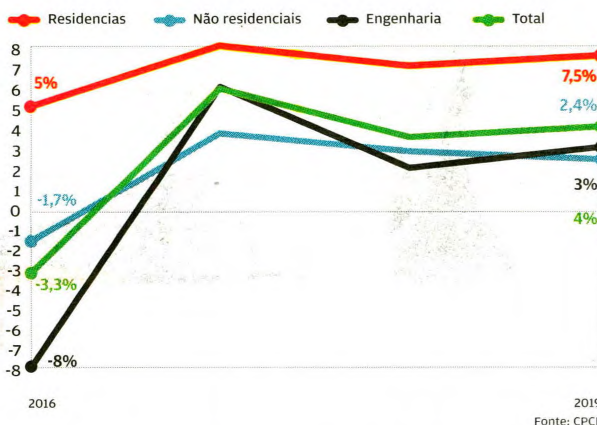
De 0,3%, o que é mais ou menos igual. Mas o resto [sem ser pelos vistos] aumenta 20%. O imobiliário nos “vistos gold” continua a representar 90,8%.

Este Governo não gosta dos

RESIDENCIAL LIDERA CRESCIMENTO

Evolução e perspetivas para o setor

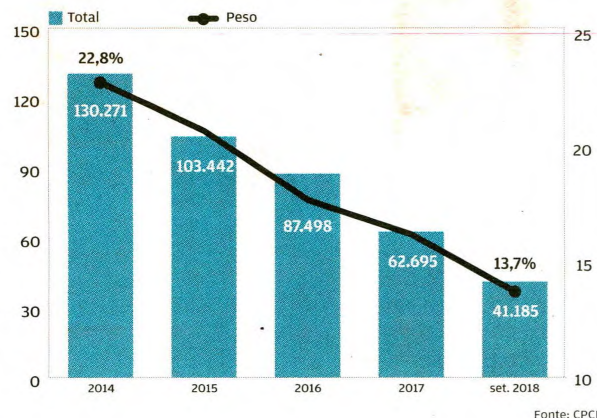
O segmento residencial em Portugal é o que mais cresce e há mais tempo. Em 2016, o aumento de 5% que registou não compensou, contudo, as quebras no não residencial e na engenharia civil. Desde 2017 que todas as áreas crescem, ainda que a velocidades diferentes. Para 2019, o setor da construção e do imobiliário prevê um aumento de 4% na produção total.



DESEMPREGO DIMINUI DESDE 2014

Número de desempregados do setor da construção e imobiliário

Os desempregados do setor da construção e imobiliário eram, em 2014 e 2015, mais de 100 mil, mas com a retoma da atividade esse número começou a cair. Só no ano passado, foram criados mais de 20 mil postos de trabalho, o que representou um recuo no desemprego, face a 2017, de mais de 24%. A CPCI diz, contudo, que são ainda necessários 60 a 70 mil trabalhadores.



“vistos gold”?

O Governo gosta, mas o Bloco de Esquerda não. Em cada 10 “vistos gold” nove são para a zona de Lisboa, para Cascais, Sintra... Agora que acabou o processo em tribunal devia haver uma nova investida.

Os preços da habitação vão continuar a aumentar?

Quando se diz que os índices de preços têm novo máximo eu digo que isto não é verdade. Em 92,5% dos concelhos de Portugal – 285 concelhos – os preços de venda de imobiliário são, em relação a 2007, menos 9,6%. Ou seja, ainda não estamos nos níveis de 2007 no resto do país. Mas Lisboa e Porto são casos diferentes. Podemos dizer que em algumas zonas são especulativos, exageradamente altos, dispararam, podemos usar os termos que quisermos, mas temos duas realidades.

Em Lisboa e Porto não o preocupa que seja cada vez mais difícil o acesso à habitação?

Isto é de modas. Antes ninguém queria viver nos centros das cidades, agora disparou porque os estrangeiros iam a Londres e pagavam 25 mil euros por metro quadrado (m2), em Paris 20 mil e em Portugal 3 ou 4 mil euros por m2. Rapidamente passou para 8 ou 10 mil, mas ainda continua barato face a outras cidades europeias. Os prédios emblemáticos foram vendidos mas isso não afetou a população.

A construção nova está a recuperar?

Em 2001 tivemos 114 mil fogos em construção nova e, em 2014, 6.700, que foi o ponto mais baixo – não se fizeram casas. Depois em 2015 passou a 8 mil; em 2016 a 11 mil; em 2017 a 14 mil; e em 2018 chegaremos a 20 ou 21 mil habitações que vamos fazer. Ou seja, há aumento de 38,7% face a 2017, que vai ser ainda maior porque faltam

os últimos meses do ano. Mas há 55 mil casas licenciadas para serem construídas este ano. Vamos ter um nível de construção muito superior.

E na reabilitação?

Na reabilitação para habitação os números mostram um aumento de 14%, mas é muito mais porque há muitos projetos que não entram nas câmaras. Há 425 mil habitações para reabilitar. É um mundo. Temos reabilitado muito, mas faltam 24 mil milhões de euros de trabalhos por fazer. Há muitas carências. Temos identificado que um milhão de habitações está a necessitar de obras, 450 mil estão sobrelotadas, 560 mil habitações não têm aquecimento disponível e 180 mil edifícios não têm entrada para mobilidade condicionada.

É preciso outra política de habitação?

Não há nem política de habitação nem habitação social. Temos 5,8 milhões de habitações e 4 milhões de famílias, o que daria uma casa e meia por família. Mas não é verdade porque umas têm 10 e outras nunca vão ter. O Estado é que tem de impedir que se crie um problema de acesso à habitação. Os governos nos últimos anos não ligaram nada à habitação social. Dos 5,8 milhões de habitações, só 2%, 119 mil, é habitação social e feita há muito tempo. Eu não sou contra o alojamento local, que no país é 10,3% dos prédios arrendados. O alojamento local é em Lisboa de 17,7%, no Porto 16,8% e no Algarve 83%.

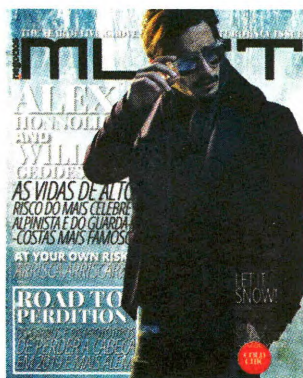
Está de acordo com as novas regras?

O pior é tentar acabar com as coisas imediatamente, como dizer que são os condomínios que mandam. Se as regras forem feitas de forma cega podem pôr em causa esse negócio. É o aspeto da instabilidade legislativa e fiscal que tenho mais medo. ■

negócios

negócios.pt

Quinta-feira, 31 de janeiro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 3924 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



Oferta

Com esta edição,
revista mensal de
tendências e lifestyle
52 páginas



Will Geddes

O guarda-costas
da vida real

Estâncias de ski

Escondidas
e fora do folheto

Alex Honnold

O homem-aranha
do alpinismo

Subida dos preços da habitação vai chegar às periferias

Imobiliárias antecipam crescimento de 10% nas vendas | **Depois do centro** das grandes cidades, valorização passa para zonas limítrofes | **Tempo médio** dos negócios está a crescer

MERCADOS 24 e 25

MANUEL REIS CAMPOS PRESIDENTE DA CPCI

“Só faltava que agora viessem as espanholas” ficar com as grandes obras

Responsável pede consenso político e um calendário para as empresas se redimensionarem. E está preocupado com os ajustes diretos.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



Miguel Baltazar

Unicórnio francês entra em Portugal e contrata 200 pessoas

EMPRESAS 18 e 19

Desemprego jovem
cai para mínimos
de 15 anos

ECONOMIA 10 e 11

Cortes nas pensões ainda não foram corrigidos

ECONOMIA 12

MARIA JOÃO RICOU
DIRETORA DA CUATRECASAS
EM PORTUGAL

“Deve haver paridade das mulheres nos cargos diretivos”

Maria João Ricou é considerada uma das 50 advogadas mais inspiradoras da Península Ibérica.

LEX 14 a 16

